Artigos da PCr para a revista Mundo e Missão - 2016

A Misericórdia, responsabilidade com a Casa Comum.

Já aconteceram diversas cerimônias que sinalizaram o começo do Ano Santo da Misericórdia, ou Jubileu da Misericórdia, e apesar de o Papa Francisco lhes ter imprimido uma marca toda sua, minha impressão é que ainda estamos no verniz exterior das “Portas Santas”; continuamos a dar a este sinal profético para a humanidade apenas uma conotação moralista, de proselitismo, de algo que os outros devem cumprir para em certo sentido “alcançar” o bem, a recompensa que é a misericórdia.

O Papa Francisco, ao contrário, afirma com as palavras e os gestos que o alvo da misericórdia divina é cada um de nós, e por isso na celebração da noite de Natal ele asseverou que o nascimento de Jesus é *dia de misericórdia, em que Deus Pai revelou à humanidade a sua imensa ternura*. Mas mesmo que entendamos isso e possamos chegar a pensar que nós estamos já fazendo a nossa parte porque somos parte da Pastoral Carcerária, porque estamos exercendo um serviço na comunidade, porque estamos cuidando dos pobres, podemos correr o risco de continuar com um paternalismo religioso, normativo e excludente, e pensar que dessa forma somos “misericordiosos”.

Na realidade o percurso da misericórdia que todas as pessoas de boa vontade e os/as cristãos/ãs são chamados a realizar não é uma questão de cerimonialismo. É muito mais: é algo comprometedor que vai à raiz, que transforma nosso olhar e nosso pensar, nossas atitudes de vida, e nos leva a compreender as causas de tantas mazelas e sofrimentos pessoais e coletivos. Trata-se de vencer a religião das pedras, dos rituais estéreis e das normas para acolher o vinho novo com o qual o Pai nos quer inebriar para que a festa da vida seja realmente plena e sempre nova.

A Campanha da Fraternidade Ecumênica, que este ano estamos celebrando, é uma forma concreta para nos lembrar, com seu tema: CASA COMUM, NOSSA RESPONSABILIDADE, e com seu lema: *Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca” (Am 5, 24)*, que como pessoas e coletividade não podemos fechar os olhos para com as questões do dia a dia, como a falta de saneamento básico, foco central da campanha, cujas consequências impedem que a Casa Comum seja justa, sustentável e habitável para todos os seres vivos.

Eis porque como agentes de pastoral, como cristãos/ãs, como pessoas comprometidas com o projeto de Jesus, não podemos mais nos limitar a visitar os encarcerados e encarceradas sem entender que para nós o Jubileu da Misericórdia será realidade na medida em que se traduzir num “mundo sem prisões”. E a principal obra de misericórdia será a libertação dos presos. Isso implica naturalmente uma mudança radical de nossa maneira de enxergar e entender o agir da Igreja e de nós mesmos, que passando do pietismo, do assistencialismo religioso, do legalismo do filho mais velho, nos tornemos capazes, como o Pai, de correr ao encontro de quem estava morto, perdido, e colocar o vestido novo, as sandálias aos pés, o anel ao dedo, realizando a festa, sinal de misericórdia do Pai.

Pe. Gianfranco Graziola, vice coordenador nacional da Pastoral Carcerária.

Direito e Justiça: prioridades da Casa Comum

*“Quero ver o direito brotar como fonte e correr a justiça qual riacho que não seca” (Am 5, 24).
Lema da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016*

A Campanha da Fraternidade Ecumênica (CFE) deste ano, assim como a encíclica *Laudato Si'* do Papa Francisco, nos mobilizam em torno do cuidado com a Casa Comum, tendo como orientação central o princípio do Bem Comum e a opção preferencial pelos pobres (cf. Papa Francisco, LS, 158). Na exortação *Evangelii Gaudium*, o Papa já destacava que o modelo hegemônico de desenvolvimento, pautado no lucro de poucos e na lógica de mercado, produz mais do que pessoas exploradas; transforma seres humanos excluídos em “resíduos”, em “sobras”. Portanto, cuidar da Casa Comum nos leva, inevitavelmente, a intervir nas estruturas sociais e econômicas que promovem injustiças.

A discussão central da CFE 2016 é o direito ao saneamento básico, incentivando as comunidades cristãs e a sociedade em geral para atuar “coletivamente em favor da elaboração, implementação e acompanhamento dos Planos Municipais de Saneamento Básico” (CFE, Texto Base, 52). O atual modelo socioeconômico, no entanto, impede o acesso da maioria da população pobre a esse direito fundamental. Essa violação de direito acontece nas periferias urbanas, entre a população sem teto, nas cidades pobres dos interiores do Brasil e dentro do sistema carcerário, onde estão os últimos dos últimos, mulheres e homens invisibilizados e estigmatizados, irmãos e irmãs abandonados pelo Direito e pelo Sistema de Justiça.

Lembremos que a quase totalidade dos cerca de 610 mil presas e presos do Brasil (4ª maior população carcerária do planeta) é formada por pessoas pobres e provenientes de condições e territórios empobrecidos de nossas cidades. Uma população, portanto, submetida à realidades de negligência do Estado em relação aos seus direitos fundamentais e sociais, inclusive o acesso à moradia digna e saneamento básico. Dentro do sistema prisional brasileiro, ao lado de inúmeras violências sofridas como alimentação precária, maus-tratos e torturas, falta de atendimento educacional e de saúde, sistema judiciário seletivo e punitivo, falta de material de higiene pessoal e superlotação das celas, entre outras mazelas, o direito ao saneamento básico, como água potável e sistema adequado de esgotos sanitários ou é deficitário ou inexistente.

Nas unidades prisionais brasileiras é recorrente o corte do fornecimento de água. Há casos onde uma cela projetada para 12 pessoas contendo até 50 presos tem no máximo quatro horas diárias de fornecimento de água (levando em consideração que nesses locais, em determinados períodos do ano, o calor é insuportável). Há situações, inclusive, de caixas d'água (quando existem) sujas e com animais mortos. Além disso, não é raro o sistema de esgoto correndo a céu aberto e é comum o entupimento de ralos e vasos sanitários. A realidade é degradante.

Perguntamos: é possível, como dizem os defensores do sistema carcerário, que a prisão “recupere” alguém? Como cristãos e cristãs, iluminados pela CFE 2016 e pela encíclica *Laudato Si'*, podemos abandonar essas irmãs e irmãos presos, partes da Criação, nessas masmorras? Está claro que cuidar da Casa Comum, tendo como prioridades o direito e a justiça, significa uma opção pelos mais pobres e uma luta profética, “pois questiona as estruturas que causam e legitimam vários tipos de exclusão: econômica, ambiental, social, racial e étnica” (CFE, Texto Base, 4)?

Marcelo Naves, vice-coordenador da Pastoral Carcerária da Arquidiocese de São Paulo e assessor de comunicação da Pastoral Carcerária Nacional

Campanha da Fraternidade e Saúde nas unidades prisionais

Nos últimos tempos recebemos um grande número de informações referentes a problemas de saúde pública. Na ordem do dia estão três termos por vezes assustadores: dengue, chicungunha e zika. Um único mosquito é o grande vilão da história. A culpa, na maioria das vezes, é atribuída às pessoas que deixam água parada nas suas casas e quintais.

A Igreja já há muitos anos, principalmente nas Campanhas da Fraternidade, denuncia, entre vários problemas sociais, situações caóticas de saúde pública. Neste ano a Igreja destacou um sério problema enfrentado pelas populações: o Saneamento Básico. Falar em Saneamento Básico nos remete não somente à rede de esgoto ausente numa infinidade de casas, mas também à situação caótica pela qual passa tudo o que diz respeito à prevenção de doenças e promoção de saúde das pessoas, previstas pelo SUS.

Em tempos de dengue, chicungunha e zika, podemos perceber a fragilidade de nosso sistema de saúde. Culpar somente as pessoas porque deixam água parada em suas casas é um absurdo num país que não faz prevenção de doenças ou quando a faz é de forma tímida e ineficaz. Mais absurdo ainda é falar de saneamento básico olhando basicamente para a questão do esgoto. Água tratada é questão de saneamento e direito de todos, mas que nem todos têm acesso.

Mas o maior caos relacionado à saúde pública está tão escondido, como o esgoto sanitário, e não é prioridade política (e ninguém vê): a saúde pública no sistema prisional. Se para a população em geral a questão de acesso a saúde pública e saneamento básico já é um problema, imagine como ficam essas questões no interior das unidades prisionais. Mais de 615 mil pessoas, homens e mulheres, vivem e dividem suas celas com o *aedes aegypti*, mas também com o vírus da tuberculose, da AIDS, das várias hepatites, com ratos, baratas, esgotos a céu aberto, celas sujas, úmidas e fedorentas, alimentos estragados ou mal cozidos, dentre tantos outros problemas. A Pastoral Carcerária há muito tempo denuncia essa situação, porém a precariedade só aumenta.

Outro problema de saúde pública que afeta o sistema prisional são as doenças mentais. Elas estão intimamente relacionadas ao uso e abuso de drogas, que é um dos fatores que as causam. Mas há outros, como a própria situação do sistema prisional que leva o ser humano à loucura. Ao ser preso o ser humano é desnudado de sua dignidade: não perde somente o direito de ir e vir, mas perde o nome, a roupa, os cabelos, sua comida e bebida preferida, sobrando para ele um sistema injusto e arrogante que o levará ao caos. Juntando esses diversos fatores – drogas, sistema

prisional, falta de assistência à saúde e saneamento básico caótico – não se pode esperar outro resultado de uma pessoa a não ser a loucura.

Podemos afirmar que dizer que doenças mentais estão associadas somente ao uso de drogas é o mesmo que dizer que dengue, chicungunha e zika estão relacionados somente à água parada nas casas e quintais. Ambos são problemas sérios de saúde pública passíveis de prevenção, mas que por razões diversas e opções políticas acabam ficando em segundo plano ou caindo no esquecimento.

Pe. Almir José de Ramos, assessor de saúde da Pastoral Carcerária Nacional e coordenador da Pastoral Carcerária do estado de Santa Catarina

Pelo fim da Política de Encarceramento

A Pastoral Carcerária Nacional e entidades, movimentos e pastorais sociais parceiras estiveram reunidas para estudar e dar encaminhamentos à *Agenda Nacional pelo Desencarceramento* (disponível em www.carceraria.org.br). A reunião aconteceu em São Paulo nos dias 2 e 3 de julho de 2016.

A *Agenda* começou a ser chamada de “Mandamentos” por apresentar 10 diretrizes para uma política em vista do desencarceramento. O que se segue é uma brevíssima apresentação das 5 primeiras diretrizes, sempre lembrando que não é possível pensar em redução da população prisional sem pautar a proibição da privatização dos presídios e a desmilitarização das polícias, da política e das instituições, questões que também são tratadas na *Agenda*.

Primeira proposta: tem por fundamento um mundo sem prisões¹. Por isso, não se deve criar nenhuma vaga a mais no sistema prisional. Deve haver a suspensão de verbas para esta finalidade. As comunidades não devem aceitar que o Estado faça construções prisionais. A superlotação das celas não é fruto da falta de vagas, mas do encarceramento em massa. Nossas comunidades precisam ter outros investimentos como escolas, hospitais, equipamentos culturais etc. Se defendemos essas construções, estamos defendendo o pior dos malefícios para nós mesmos: qualquer pessoa pode ser vítima das injustiças da prisão.

Segunda proposta: reduzir a população prisional e os danos causados pela cadeia. Isso deverá acontecer através de um Pacto Republicano entre todos os poderes e esferas governamentais. Já existem mecanismos como o indulto, as audiências de custódia, alternativas penais, etc. O judiciário precisa tomar consciência de que a prisão pune, castiga e mata. *A sentença de prisão é uma sentença de morte.*

¹ Conforme a “Declaração do VI Latino-americano de Pastoral Carcerária” (disponível em <http://carceraria.org.br/declaracao-do-vi-encontro-de-pastoral-carceraria>).

Terceira proposta: alterações legislativas para se limitar ao máximo as prisões provisórias. Hoje se prende para investigar. Isso significa que todas as pessoas pobres suspeitas vão para a prisão e lá permanecem esquecidas. Prisões ilegais e abusivas são regra no sistema penal. A dignidade da pessoa humana precisa estar acima das leis e não a lei para a opressão do ser humano.

Quarta proposta: descriminalização do uso e do comércio de drogas. Na insana política de “guerra às drogas” são as pessoas pobres e negras das periferias que são mortas ou presas. É bom estudar como anda esta questão nos países que descriminalizaram as drogas. Se as descriminalizarmos já vamos desafogar as prisões. A criminalização em nada inibe o consumo de drogas, dentro ou fora de unidades prisionais.

A proposta certamente traz muitas inquietações, mas deve ser caminho seguido para o desencarceramento e para o combate da violência policial nas periferias.

Quinta proposta: contração máxima do sistema penal e abertura para a justiça horizontal. A busca pela justiça nos tribunais tem criado uma lentidão burocrática que até mesmo os juizados especiais já não atendem mais em tempo hábil. Por isso, há a necessidade de uma justiça horizontal e comunitária, na linha da justiça restaurativa, que leve em conta as práticas restaurativas entre ofensores/as e ofendidos/as. Uma justiça que pune o agressor e esquece a vítima que foi agredida não terá condições, por causa dos seus princípios, de criar espaços para a reconciliação. Se as pessoas chegarem a um processo de entendimento, antes da esfera judicial, certamente teremos muito menos pessoas ocupando espaços nas prisões.

Padre João Bosco, coordenador da Pastoral Carcerária do estado da Paraíba

Pelo fim da Política de Encarceramento (II)

Na última edição da revista “Mundo e Missão”, esta seção *Igreja Cativa* descreveu brevemente as primeiras cinco diretrizes da “Agenda Nacional pelo Desencarceramento” (www.carceraria.org.br), que apresenta propostas para a urgente e necessária redução da superpopulação carcerária no país, e é assinada e assumida por diversas organizações da sociedade, dentre elas a Pastoral Carcerária Nacional. Nesta edição, retoma-se a “Agenda”, agora para melhor conhecermos as outras cinco diretrizes:

Sexta proposta: Ampliação das garantias da Lei de Execução Penal (LEP). A LEP normatiza os direitos e deveres da pessoa presa e as funções do Estado e dos órgãos de execução penal. O problema é que a própria lei é permanentemente descumprida e não tem a devida fiscalização, de modo que o desrespeito se torna regra geral. A lei precisa ampliar as garantias reais de direitos. É grave a situação dos doentes mentais nas unidades e a falta total da assistência à saúde; o desrespeito aos familiares, sobretudo na revista vexatória; a pessoa presa precisa ser avaliada com ampla defesa, o que é recorrentemente violado.

Sétima proposta: abertura do cárcere para monitoramento através de mecanismos com a participação da comunidade. O Estado brasileiro insiste na tese do isolamento da pessoa presa, criando muitos obstáculos para que a sociedade se faça presente na vida prisional. É necessário

que, além da família e dos grupos religiosos, as comunidades e a sociedade civil organizada tenham acesso ao cárcere. A prisão não pode ser um espaço de segregação.

Oitava proposta: jamais o Estado deve privatizar o sistema prisional. A pessoa humana não pode ser objeto a ser comercializado. Junta-se a isso a inconstitucionalidade da delegação da função punitiva por parte do Estado. Onde existem experiências de privatização ou terceirização, a situação se torna mais grave e com uma despesa muito maior, abrindo-se ainda mais os espaços para a corrupção. A privatização significa: quanto mais presos maior será o lucro². Em uma agenda pelo desencarceramento não há nenhum espaço para experiências de terceirização ou privatização. Nem a igreja, como instituição, deve assumir experiências que substituam o Estado nessa matéria. Trata-se, portanto, de matéria inegociável.

Nona proposta: prevenção e combate à tortura. Os órgãos de monitoramento devem estar muito atentos às práticas de tortura nas unidades prisionais. O Ministério Público precisa ter uma ação muito intensa na visita para acompanhar a execução da pena; do mesmo modo os juízes de execução; as sanções coletivas precisam ser tratadas como prática coletiva de tortura como também as celas escuras com chapões na entrada; os Mecanismos Estaduais autônomos devem ser instituídos como também os Conselhos da Comunidade precisam não depender da Execução Penal para realizarem as inspeções. As audiências de custódia, além de diminuir o encarceramento, devem, também, apurarem as torturas muito comuns por ocasião das prisões.

Décima proposta: a desmilitarização das polícias e da gestão pública. A Organização das Nações Unidas já recomendou a extinção da PM no Brasil. Desmilitarizar significa eliminar toda prática e instituição que operam na lógica da guerra, visando, assim, o extermínio de parte da população. Várias pesquisas revelam as inúmeras mortes decorrentes da ação policial³. Grande número de policiais é, inclusive, à favor desse processo uma vez que a militarização também trata os policiais de forma desumana em uma disciplina que esmaga esses profissionais enquanto seres humanos. Inúmeros policiais são punidos pelos superiores sem direito a defesa.

Além dessa situação, outros serviços como trânsito, guardas municipais e agentes de segurança penitenciária seguem a lógica de guerra. As polícias são regidas por uma bélica política de repressão e de violência, que traz como consequências a morte de civis e de policiais. Por esses motivos, se discute a desmilitarização, que deve ser compreendida em uma nova dinâmica na segurança pública.

Padre João Bosco, coordenador da Pastoral Carcerária do estado da Paraíba

² Ver a reportagem e o minidocumentário de Paula Sacchetta “Quanto mais presos, maior o lucro”, da Agência Pública (disponível em <http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/>).

³ Para ilustrar, ver as seguintes reportagens: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/10/1689789-mortes-por-policiais-no-pais-em-um-ano-equivalem-a-um-11-de-setembro.shtml> e <http://noticias.r7.com/sao-paulo/em-20-anos-pms-de-sp-mataram-11300-nos-eua-todas-as-policias-mataram-7300-em-duas-decadas-23112015>.

Que benefício a sociedade vai obter com a prisão desta mulher?

“Por outro tipo de política social, econômica e de inclusão social”

Papa Francisco esteve na Bolívia em 2015 e no trajeto de um de seus compromissos pede que parem o carro. Ele ouve uma cantoria que fazem para ele. Vem de uma prisão de mulheres, que não se vê pois elas estão atrás dos muros, mas ele faz questão de parar para acenar àquelas mulheres, tornadas invisíveis para a sociedade mas, com este gesto, o Papa presta solidariedade e mostra o amor cristão.

A verdade é que poucos se atentam para a catastrófica realidade prisional. O Estado não atua adequadamente para reverter o quadro insuportável e permanente de violação de direitos que acontecem nas prisões. Nem a sociedade enxerga aquele que cometeu ou é acusado de um crime como um ser humano. Pior ainda se for mulher. A discriminação e a violência em relação às mulheres se agrava dentro dos muros.

Impera a ausência de políticas voltadas para a mulher. Para mim, um exemplo emblemático: o Brasil assinou um documento da ONU, há alguns anos, direcionado para as mulheres presas, as *Regras de Bangkok*, mas só em 2016, em razão de uma parceria da Pastoral Carcerária com o CNJ e outras instituições, é que se viabilizou sua tradução. Isto mostra o pouco caso em relação às mulheres presas.

E como é o perfil das mulheres que estão no cárcere? Elas constituem percentual pequeno da população carcerária (7%), cerca de 38 mil em 2014. Um indicativo importante: a maioria delas não está envolvida em crimes violentos. Muitas estão presas por pequenos furtos e estelionatos e cerca de 70% por crime previsto na lei de drogas, normalmente com pequena quantidade de entorpecente; 70% são mães, que se encarregam de cuidar dos filhos pequenos e são chefes de família; há um aumento do aprisionamento feminino, que se dá em razão de entorpecente; o número de mulheres negras que estão presas (67%) é proporcionalmente maior do que a população de mulheres negras; elas são jovens (50% têm até 29 anos); muitas são vítimas de violência doméstica; elas são abandonadas quando estão presas; as prisões estão distantes das cidades de origem e a maioria encontra-se em estabelecimento misto; cerca de 40% das presas ainda não foi julgada; o envolvimento delas na criminalidade relaciona-se com a sobrevivência, para manter o mínimo de subsistência para si e sua família. Está provado que a prisão dessas mulheres causa danos pessoais, familiares e sociais.

Quais as consequências que a prisão traz para a mulher, seus filhos, sua família e sua comunidade? Será ela sempre necessária? Para que prendemos tanto? Que benefício a sociedade vai obter com a prisão desta mulher?

O mundo começa a se dar conta que é necessário uma nova abordagem, já que os custos do sistema prisional são altíssimos e o aprisionamento em massa, comprovadamente, não leva à superação ou diminuição dos crimes. Os documentos internacionais recomendam maior atenção às questões das mulheres que se encontram na prisão, inclusive no tocante aos seus filhos.

É hora de começar esta construção tanto pelo Estado Brasileiro como cada um de nós e superar “a convicção de que através da pena pública se podem resolver todos os tipos de problemas sociais, como se para as doenças mais diversas nos fosse recomendado o mesmo remédio.

Não se trata de confiança em qualquer função social tradicionalmente atribuída à pena pública, mas antes da convicção de que mediante tal pena se possam obter aqueles benefícios que exigiriam a implementação de outro tipo de política social, económica e de inclusão social” (Papa Francisco). Fica o convite feito a todos!

***Kenarik Boujikian**, magistrada do Tribunal de Justiça de São Paulo, cofundadora da Associação Juízes para a Democracia (AJD) e membro do Grupo de Estudos e Trabalho Mulheres Encarceradas*

O Massacre do Carandiru continua⁴

A Pastoral Carcerária Nacional vem a público se manifestar sobre a decisão da 4ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, que na terça-feira (27/09) anulou os julgamentos que condenaram 74 policiais militares pelo massacre do Carandiru, ocorrido em 1992, e vitimou ao menos 111 pessoas presas.

Trata-se de mais um capítulo na triste história de massacres e violências praticadas pelo Estado contra populações historicamente marginalizadas e que não poderiam ocorrer sem a cumplicidade sistemática do Judiciário e outras instituições do Sistema de Justiça.

A decisão do Tribunal paulista apenas escancara essa cumplicidade do Judiciário e o seu “rigor” seletivo na aplicação das normas penais. É sobre os pretos, pobres e periféricos desse país que recai o tratamento estatal mais brutal, bem como as interpretações mais tirânicas da lei.

A justiça criminal jamais será uma aliada dos/as excluídos/as, e mesmo que o Tribunal tivesse confirmado a condenação dos policiais, enquanto os mandantes políticos do massacre não forem responsabilizados, enquanto todos os sobreviventes e familiares não forem devidamente indenizados, enquanto os envolvidos nessa sangrenta operação policial não forem afastados da corporação, enquanto o Estado brasileiro não assumir publicamente suas responsabilidade e agir para que novos massacres não ocorram; enfim, enquanto o Estado Penal e Policial estiver funcionando e não se abolir os cárceres, não haverá paz ou justiça.

⁴ Nota Pública da Pastoral Carcerária Nacional de 28 de setembro de 2016.

As condições que permitiram o assassinato em massa de mais de uma centena de pessoas no Carandiru permanecem e foram exponencialmente multiplicadas. A população prisional que em 1992 era de 114 mil, hoje ultrapassou a marca de 620 mil pessoas, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional. Além disso, as condições de aprisionamento permanecem aviltantes.

A mortalidade no sistema prisional é seis vezes maior do que em liberdade, e os crimes de maio de 2006, que ceifaram a vida de mais de 500 pessoas, e tantos outros massacres que se seguiram, mostram que os instrumentos de terror do Estado continuam em plena operação.

Ainda que seja totalmente repudiável a tentativa de reescrever a história do massacre e validar teses absurdas como a “legítima defesa”, a punição dos agentes mais óbvios desse crime não irá frear a barbárie em curso. O desencarceramento e a desmilitarização das polícias precisam estar em nosso horizonte imediato de lutas.

Unidos em orações e luta junto às vítimas e familiares deste trágico episódio, seguimos na luta por um mundo sem cárceres!

Pastoral Carcerária Nacional

Tortura e cárcere

A tortura no Brasil não surgiu com a ditadura civil-militar, ela deita raízes profundas em nosso passado, constituindo-se como um verdadeiro instrumento histórico de controle de populações marginalizadas, e que ameaçam o *status quo*. Do pelourinho ao DOI-CODI, do camburão aos presídios, a tortura permanece absolutamente atual e em constante transformação.

No cárcere, esta prática abjeta é uma ferramenta de gestão, utilizada para disciplinar a crescente população aprisionada, por meio da violência e ameaça, e como forma de agravar ilegalmente a pena aplicada pelo judiciário.

Conforme amplamente verificado na experiência prática da Pastoral Carcerária, pelos relatórios do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNCPT), e do Relator Especial da ONU sobre o tema, a tortura nos presídios brasileiros é endêmica, e os avanços institucionais recentes, como aprovações de leis que criminalizam a prática e instituem políticas para sua prevenção, bem como a estruturação de órgãos com competência para fiscalizar espaços de privação de liberdade, como os Mecanismos nacional e estaduais, e as Defensorias Públicas, em nada diminuíram sua ocorrência.

Além das sessões de espancamento, afogamento, eletrochoques e sufocamento, que permanecem extremamente presentes no cotidiano prisional, a ausência de serviços básicos, a hiperlotação das celas, a alimentação deficiente, a insalubridade do ambiente, os transportes violentos, os regimes de isolamento, os surtos viróticos e bacteriológicos, os procedimentos disciplinares humilhantes, as revistas vexatórias, os partos com algemas, entre tantas outras

situações rotineiras que provocam extremo sofrimento físico e mental, mostram que a tortura já não se aplica apenas de forma individualizada e metódica, ela também se constitui como um conjunto torturante de procedimentos e condições degradantes de aprisionamento, que formam o próprio *ethos* desse sistema.

Nessa perspectiva estrutural de tortura, o aumento exponencial de 267,32% da população prisional nos últimos 14 anos, ancorado no encarceramento massivo e seletivo de pretos, jovens e periféricos, e numa desastrosa política punitivista e de guerra às drogas, nos leva a conclusão inequívoca de que nunca tantas pessoas foram objeto de tortura no sistema prisional brasileiro, e que as atuais políticas de prevenção e combate desta prática fracassaram de forma retumbante.

Sem desconsiderar completamente o valor e utilidade do que já foi feito, é urgente que os movimentos e organizações da sociedade civil, que efetivamente lutam pela erradicação da tortura, compreendam que esse objetivo jamais será alcançado sem a erradicação do próprio sistema carcerário, que se estrutura invariavelmente em torno de práticas torturantes. Lutar pelo desencarceramento, portanto, é também lutar contra a tortura e a barbárie que esta prática encarna.

Paulo Malvezzi

Assessor Jurídico da Pastoral Carcerária Nacional